



Universidade de Brasília
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar
Observatório dos Povos Indígenas e suas Infâncias - OPOInfâncias
Pesquisa sobre Povos Originários e suas Infâncias no Brasil

Pesquisa: Povos Originários e suas Infâncias no Brasil

Relatório de Pesquisa

Rodas de conversas

Mulheres Indígenas em Contextos Urbanos: Análise das Infâncias Indígenas e seus Desafios

Pesquisadores

Enir Karajá
Marcos Julio Aguiar
Adriana Fernandes Carajá
Adriana Korã (Kariri Sapuyá)
Alice de Oliveira Martins (Kerexu Takuá, Guarani)
Avani Florentino de Oliveira (Avani Fulni-ô)
Luciana Denize Caetano (Lu Ahamy, Luciana Guarani)
Maria Lídia Ferreira Melo (Pézebrewe Rédzadza, Tupinambá)
Tânia Cerqueira Custódio (Tânia Krahô)

Observatório dos Povos Indígenas e suas Infâncias

Belo Horizonte, agosto de 2024

Ficha Catalográfica Relatório Específico

Universidade de Brasília - UnB

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM

Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias - OPOInfâncias

Relatório Geral Final

Relatório Final de Pesquisa sobre Povos Originários e suas Infâncias no Brasil

Relatório Específico:

Rodas de conversas: Mulheres Indígenas em Contextos Urbanos: Análise das Infâncias Indígenas e seus Desafios

Autoria

Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias (OPOInfâncias)

Diretor do CEAM

Mário Brasil

Coordenadora do OPOInfância

Maria Lúcia Pinto Leal

Coordenadora Geral da Pesquisa

Vanessa Maria de Castro

Responsável pelo Relatório Específico

Enir Karajá

Marcos Julio Aguiar

Equipe do Relatório Específico

Adriana Fernandes Carajá

Adriana Korã (Kariri Sapuyá)

Alice de Oliveira Martins (Kerexu Takuá, Guarani)

Avani Florentino de Oliveira (Avani Fulni-ô)

Luciana Denize Caetano (Lu Ahamy, Luciana Guarani)

Maria Lídia Ferreira Melo (Pézebrewe Rédzadza, Tupinambá)

Tânia Cerqueira Custódio (Tânia Krahô)

Financiamento:

Esta pesquisa foi financiada por intermédio de emenda parlamentar da Deputada Erika Kokay, do Distrito Federal, no ano de 2023.

Realização:



Parceria:



Citação

KARAJÁ, Enir; AGUIAR, Marcos Julio; FERNANDES, Adriana; KORÃ, Adriana (Kariri Sapuyá); MARTINS, Alice de Oliveira (Kerexu Takuá, Guarani); OLIVEIRA, Avani Florentino de (Avani Fulni-ô); CAETANO, Luciana Denize (Lu Ahamy, Luciana Guarani); MELO, Maria Lídia Ferreira (Pézebwe Rédzadza, Tupinambá); CUSTÓDIO, Tânia Cerqueira (Tânia Krahô). *Rodas de conversas: Mulheres Indígenas em Contextos Urbanos: Análise das Infâncias Indígenas e seus Desafios*. Pesquisa integrante do Observatório dos Povos Indígenas e suas Infâncias (OPOInfâncias), Centro de Estudos de Antropologia e Mobilização Social (CEAM), Universidade de Brasília (UnB). Belo Horizonte: OPOInfâncias, agosto de 2024. Relatório de Pesquisa.

Relatório disponível no site: <https://opoinfancias.unb.br/>

Dados da pesquisa:

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o número do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 76336723.9.0000.5540, conforme as diretrizes da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília.

Introdução

O presente relatório faz parte da pesquisa "Povos Originais e Suas Infâncias no Brasil", com estudo de caso no Amazonas e Mato Grosso, conduzida pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília. Elaborado por uma equipe de pesquisadores indígenas e indigenistas, este relatório tem como objetivo relatar a vida de mulheres indígenas que vivem, em sua maioria, em contextos urbanos. O projeto intitulado "Rodas de Conversas - Violências contra Crianças e Adolescentes Indígenas no Contexto Urbano 2024", subtítulo "Escutando a Trajetória Indígena de Mulheres e Suas Infâncias", visa capturar e documentar as experiências de vida, práticas culturais e desafios enfrentados por essas mulheres, oferecendo uma visão profunda e abrangente sobre as infâncias indígenas no Brasil.

A composição do grupo responsável por este relatório inclui:

- Adriana Fernandes Carajá
- Adriana Korã (Kariri Sapuyá)
- Alice de Oliveira Martins (Kerexu Takuá, Guarani)
- Avani Florentino de Oliveira (Avani Fulni-ô)
- Luciana Denize Caetano (Lu Ahamy, Luciana Guarani)
- Maria Lídia Ferreira Melo (Pézebwe Rédzadza, Tupinambá)
- Tânia Cerqueira Custódio (Tânia Krahô)
- Eni Carajá Filho (coordenador adjunto do OPOI)
- Marcos Julio Aguiar (coordenador nacional da RENIU e do Coletivo "Índios na Cidade")

Este documento apresenta uma coletânea de relatos dessas mulheres indígenas durante a execução do projeto, com foco especial nas suas infâncias e nas práticas culturais de cuidado e educação das crianças indígenas. Os temas abordados incluem a compreensão das infâncias indígenas, a maternidade e a avosidade em contextos urbanos, os desafios de pertencimento e preconceito, e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas comunidades indígenas.

1) "Escutando a trajetória indígena de mulheres e suas infâncias"

As contribuições da antropologia da infância, que pode ser uma estratificação da antropologia política, social e de saúde, e que delineiam uma série de situações a que passam as infâncias Indígenas no Brasil e na Base pindorâmica de povos originários, ou mesmo de Abya Yala que se estende a América Latina que guardadas as proporções tem diferentes grupos étnicos e línguas próprias, e esses defendem o protagonismo na execução das políticas por meio de debate fundamental com vistas a detectar a efetiva inclusão desses nas políticas protetivas e ou mesmo debater o porquê isso não vem acontecendo neste país de dimensões continentais e matriz ocidental.

Perceber que nossas crianças indígenas precisa ser visualizada como seres sociais completos, sujeitos passivos em relação a autonomia no que tange a sua idade, como canta Rubinho do Vale “Ser criança é bom demais, despreocupar com tudo que se faz, dá um pulo, um grito, uma risada” isso sim é parte da construção social, sendo a infância entendida como uma etapa natural e universal do desenvolvimento cognitivo.

Precisamos entender as infâncias aos avessos, todo ancião foi criança por um bom tempo, se compararmos a qualidade de vida dessa antiga criança com a atualidade, ainda que vivesse em situações que sequer existisse infra estrutura esses tinham uma expectativa de vida longa, e viver no sentido de equipe ou coletivo reforça nossas perspectivas de dias melhores a nossas crianças tendo uma base nos ensinamentos ancestrais e da natureza.

São várias as infâncias, em oposição ao entendimento de uma infância única e que pensa de maneira mono e diverso e a diversidade é característica comum aos variados povos, comunidades indígenas que defendem e percebem a criança como um sujeito da história e o pleno futuro de nações.

Desse jeito e por meio dos seus estudos e observações o seu mundo a partir de seu próprio ponto de vista; o reconhecimento do universo infantil como um universo que possui significados próprios e especificidades próprias, universo este que é qualitativa, e não quantitativamente diferenciado do mundo adulto. Ademais, as pesquisas evidenciam a importância para o contexto sócio-cultural dos quais as crianças fazem parte e nos quais constroem suas infâncias. Salienta-se que é preciso ter em conta que o comportamento infantil não é apenas determinado biologicamente, mas está diretamente vinculado ao sistema cultural, de modo que o desenvolvimento do indivíduo é concretizado através de um processo

educativo próprio da sua cultura e do alargamento progressivo das relações sociais que estabelece desde o seu nascimento.

A participação das crianças em atividades cotidianas junto dos adultos ou de crianças mais velhas constitui processos de ensino-aprendizagem próprios aos povos indígenas e que se realizam de diversas formas: seja pela observação atenta e pela mobilidade permitidas às crianças, seja pelo desenvolvimento de “pequenos trabalhos” no cotidiano.

As crianças indígenas estão, portanto, aprendendo habilidades, técnicas e saberes, conhecendo aquilo que é necessário ao seu pleno desenvolvimento enquanto membro destas sociedades (Gobbi, 2010).

Os estudos sobre sociedades indígenas apresentam como temas centrais às questões acerca do parentesco e da organização social, que incluem inúmeros aspectos rituais (iniciação à vida adulta, por exemplo) e informam sobre o desenvolvimento do indivíduo nas sociedades em questão, tendo aí dados riquíssimos a respeito da infância indígena.

Para aprofundamento no tema ver Lopes da Silva & Nunes (2002). família-extensa ou ampliada e parentesco são essenciais para compreender a organização social dos povos indígenas e, conseqüentemente, as práticas relacionadas à formação e aos cuidados com as crianças. Em muitos casos, as crianças recebem cuidados de todos os seus familiares, sejam eles consanguíneos ou afins, e a convivência familiar e comunitária é plenamente exercida, com notável autonomia e independência.

Merecem respeito as práticas indígenas que atribuem não apenas aos pais, mas à coletividade, os compromissos e responsabilidades atinentes à educação, formação e proteção das crianças (Ibidem).

As especificidades das infâncias indígenas

Nesse momento, apresento as consultas realizadas junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) sobre a existência de instrumentos normativos ou procedimentos administrativos voltados para situações onde práticas indígenas entram em conflito com as normas de proteção da infância.

Conforme Gobbi (2010), nesta instituição são diversas as notas técnicas que recomendam aos conselheiros tutelares que a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em

contextos indígenas não deve ocorrer sem a devida reflexão acerca da sua necessidade e dos seus impactos e, quando ocorrer, deve respeitar as diferenças sócio-culturais que estas sociedades guardam entre si e as diferenças destas para com a sociedade envolvente. Informam que o direito à diferença é garantido pela legislação indigenista nacional e internacional, de modo que seja respeitada a manifesta vontade dos povos indígenas de serem ouvidos em relação às questões que os afetam.

Especialmente atentei para as orientações necessárias à atuação de sua Procuradoria Federal Especializada em questões atinentes à adoção de crianças e adolescentes indígenas, no tempo de Avani criança não era assim, não tinha Conselho Tutelar.

1.1) Relatos das Vidas das Mulheres

Este documento reúne os relatos de vida de mulheres indígenas que participaram do projeto "Rodas de Conversas - Violências contra Crianças e Adolescentes Indígenas no Contexto Urbano 2024". As histórias apresentadas oferecem uma visão rica e detalhada das experiências dessas mulheres, suas práticas culturais e os desafios que enfrentam em contextos urbanos. Cada relato traz à tona a singularidade das trajetórias individuais e coletivas, revelando como a cultura e a identidade indígenas são mantidas e transmitidas através das gerações.

As principais perguntas feitas às mulheres foram relacionadas à compreensão das infâncias indígenas Fulni-ô e ao cuidado com as mesmas na cultura. As questões abordadas incluíram:

- 1. Descrever o que o grupo sente em relação a ter sido criança um dia, brincadeiras, aprendizado e realizações.**
- 2. O que é ser mãe, avó indígena há tempos atrás e atualmente?**
- 3. Viver na cidade e ter sentimento de pertencimento, isso lhe causa muitos preconceitos?**
- 4. O Estatuto da Criança e do Adolescente que fez 35 anos, é inclusivo? Atende as infâncias indígenas? Há preparação visando proteção especial?**

As respostas a essas perguntas fornecem uma compreensão profunda das dinâmicas culturais e sociais que moldam a vida das crianças indígenas e das mulheres que as educam. A seguir, apresentamos os relatos das mulheres que contribuíram para este projeto:

1) Avany Florentino – Etnia Fulni-ô – São Paulo.

HISTÓRICO DAS LUTAS DE AVANI FULNI-Ô, seus parentes Quem é a mulher liderança desse grupo étnico em São Paulo?

O Observatório dos Povos Originários por meio do Grupo de Mulheres Indígenas em Contextos Urbanos chegou mapeando em São Paulo a indígena Avani Florentino, mãe, avó e pessoa que cuida de muitas lutas em nome do povo Fulni-ô e assim recebeu para nossos registros

Cultura Fulni-ô, que tem a frente a mulher indígena vivendo em contextos urbanos

Das infâncias Indígenas:

Avani quando criança foi tratada com muito zelo de um grupo étnico que preserva a condição de parentesco, e assim teve essa iniciação de vida cuidada com muita cautela em Águas Belas pois desde então já trazia em sua áurea e era vista na família como uma liderança, essa infância lhe trouxe muitas surpresa e percalços mas mulher entusiasmada jamais deixou esmorecer e foi a luta, acabou saindo da aldeia mãe muito cedo e ganhou o mundo, chegando numa travessia ao lugar da divulgada redenção, a capital paulista onde “o emprego era farto, havia perspectiva de dias melhores”, dessa forma de fato assim como muitos nordestinos, nortistas e de outras localidades que sonhavam ir para São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa mulher com o tempo e as lutas, passou sim a assumir uma liderança referencial de seu povo na capital paulista, e atualmente desenvolve suas atividades referenciadas desde os tempos de sua vivência com aquela Aldeia-Mãe; em Águas Belas – PE. Pois lá aprendeu, por meio da tradição oral com os mais velhos, os anciãos, ainda na sua infância, as artes de artesanato indígena Fulni-ô (Trançado de palha de Coqueiro de Ouricuri, para a confecção de tapetes, esteiras, chapéus, bolsas, vassouras; bem como o uso de penas e palhas para adorno de arco e flecha, colares de sementes e pulseiras) além do, aprendizado e prática e transmissão dos cantos e danças Fulni-ô (Toré, Cafurna, Samba de coco).

Chegada na Cidade de São Paulo, com vinte e quatro anos em 1988, vindo de carona em um caminhão e, se estabelece na Vila Albertina, Zona Norte de São Paulo. Após algum

tempo trabalhando em diversas atividades, inicia seu trabalho com base nos seus conhecimentos da cultura e ancestralidade Fulni-ô; sendo que em 2004, foi premiada no Programa Fome Zero, com os trabalhos de Oficina e Mostra de Artesanato por todo o Estado de São Paulo. Um outro destaque importante, é o seu trabalho junto as Universidades, Escolas e outros espaços de Aprendizagem, através das oficinas de Canto e Dança, num trabalho que proporciona o Encontro Transgeracional, de largo alcance social, cultural e humanístico, atendendo desde as crianças que é um público prioritário até as pessoas idosas.

O seu trabalho é feito em rede, e sua afirmação, se dá em conjunto com a atuação de outros representantes e lideranças do Povo Fulni-ô na Cidade de São Paulo, quando passou a compor uma rede de articulação local, contando com as Lideranças: Eurides, Cleone, Akayse, Flávia, Jozimar, Israel, Renata, Twyan, Adrian, Sandra, Rita Jessica e Maria Inácia. Integrantes que participam de toda articulação, na resistência, defesa e manutenção dos direitos dos Povos Indígenas.

Em 2003, o grupo foi procurado por Organizações Não governamentais, bem como o Conselho Missionário Indigenista – CIMI e o Núcleo de Apoio aos Indígenas – NAI USP e outros, além de outras pessoas que nos apoiaram, mostrando que poderiam ter sua auto-sustentabilidade a partir da divulgação dessa magnífica Cultura, bem como da produção e comercialização de nossos artesanatos. Isso proporcionar fortalecer nossa Cultura e Identidade Indígena Fulni-ô.

Ao mesmo tempo, graças a essas ações, nos foi permitido participar de vários projetos e ações e serviços, tendo como ação pioneira, a elaboração da Carteira Indígena, realizado junto com o NAI – USP e, em 2007 houve a possibilidade de participar do Edital do PROAC – Culturas Indígenas, e assim, foi dada a largada de impulsionamento do nosso projeto Cultural para assim

ampliar a visibilidade e a valorização de nossa cultura através dos nossos artesanatos.

Os Fulni-ô por meio do clã que encontra Avani, participa da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste- ARPINSUDESTE – atuando na Coordenação desse Conselho - e ainda tem participação ativa na Co-fundação do Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPISP, do qual temos assento garantido como membro até hoje.

Destacamos a participação ativa nos Conselhos e Espaços importantes de Controle

social e de Garantia das Políticas Ligadas aos direitos dos Povos Indígenas do Estado de São Paulo, destacando assim as seguintes participações: Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de São Paulo – Consea; coordenando a articulação e a participação dos povos indígenas no REVELANDO SAO PAULO, em parceria com o ABAÇAÍ; atuando também como suplente do Colegiado Setorial das Culturas Indígenas – CNPC – MINC; além da Participação na Economia Solidária e atua como membro da Comissão Organizadora das Conferências de Igualdade Racial; além de ser Diretora do Fórum Permanente para as Culturas Populares.

Atualmente tem atuado fortemente em ações que visam minorar os impactos da Pandemia na vida da População Indígena, sobretudo em nossas infâncias, através da articulação, arrecadação e doação de cestas básicas, bem como frutas, verduras, legumes, além de materiais de higiene bem como roupas e máscaras. Totalizando aproximadamente 15 toneladas.

Com o compromisso de manter viva as raízes com sua Etnia, duas vezes ao ano, ela e parte da família se faz presente na Aldeia, em Aguas Belas - PE para participar do ritual Sagrado Ouricuri, onde se fortalece espiritualmente. Para continuar sua atuação e militância nas lutas por direitos junto aos povos indígenas. Mantém também a fluência na sua língua materna - *yatheê*- bem como seus costumes.

2) MARIA LIDIA TUPINAMBÁ – Nome indígena Pézebrewe Rédzadza

1. Quem é Maria Tupinambá?

Maria Lídia Ferreira Melo, professora e pedagoga, maranhense nascida e criada na cidade de São Luís, cresceu ouvindo nas rodas de conversas da família do fim de semana que a bisavó era indígena. Algo muito distante da realidade que eu vivia. Sangue indígena?? Qual povo? O que foi que aconteceu com esse povo? Como minha família foi morar na cidade? Essas eram minhas interrogações.

Mais interessante que passei minha infância nesse lugar chamado Maioba, sem saber que ali era um território ancestral do povo Tupinambá. Era algo que não se falava muito, só do tal sangue indígena que a bisavó carregava. Como o sangue indígena tivesse morrido com a bisavó Maria Ângela. Passei a infância brincando e banhando no rio que passava por dentro das terras da família. Me sentia uma criança feliz e livre sempre em contato com a

natureza andava descalça. Contato com a terra eram os momentos que gostava muito pois não precisa usar sandálias (rrsrs) Aos 12 anos foi estudar em colégio só para meninas quase não tinha mais tempo para voltar na Maioba. Nesse colégio tive uma colega Guajajara que sempre falava da sua vida na aldeia e que veio para cidade para estudar. As meninas sempre faziam brincadeira maldosas com ela. Que não sabia falar o português e que era preguiçosa. Sempre a defendia das outras alunas. Aos poucos eu sentia que não era muito diferente dela gostávamos das mesmas coisas e contávamos os dias para entrar de férias ,pois ela voltava para aldeia e eu para visitar a família na Maioba. Teve um episódio que marcou muito minha infância. Quando tive a minha primeira menstruação. Não podia sair de casa, nem andar descalça e era proibida de comer alguns alimentos. O que me assustou muito a princípio. Hoje eu entendo que na verdade era o "ritual" me preparando para mudança de menina para moça. A única coisa que minha mãe sempre falava que os "antigos" ensinaram assim e que tinha que ser feito. Nunca ela falava que eram esses "antigos" como tudo fosse um mistério que não podia ser revelado. Entrei para o magistério juntamente com a minha amiga Guajajara. Logo depois da formatura ela voltou para Aldeia para ser professora e eu entrei para universidade para cursar pedagogia. Nesse período me apaixonei pela Educação Escolar Indígena quando comecei a ler sobre alguns escritores indígenas como Ailton Krenak, Daniel Munduruku e Eliane Potiguara. Logo que formei comecei a trabalhar como professora e me envolver em movimentos sociais: alfabetização para menores de rua, atividades recreativas para os filhos de pessoas que tinham hanseníase e visita para idosos em asilos. Minha vida deu uma reviravolta em 2012 quando fui convidada por um projeto de uma igreja para fazer atividades pedagógica para crianças indígenas do povo Guajajara. As atividades seriam feitas no feriado ou nas minhas férias nas aldeias que quisesse o projeto. Praticamente nesse período cheguei a conhecer umas 10 aldeias desse povo. E me sentia bem no meio deles, como fosse minha família. Em 2015 recebi o convite para conhecer o povo xavante. A princípio era para passar uns dias e acabei morando na aldeia por quase 06 meses. Acabei sendo adotada por um ancião que me deu clã, grupo e nome indígena conforme a cultura. Sempre me chamava de auwe (india) e eu falava que era waradzu (branca) nesse período morando com o povo xavante aprendi muito sobre a cultura, falar um pouco na língua e sobre políticas indígenas. Já podia participar das reuniões dos homens de longe escutando nunca podia falar. Com o tempo convivendo com eles já podia falar nas reuniões. No mesmo ano voltei para o Maranhão para descobrir sobre esse tal "sangue indígena". Comecei a fazer anotações sobre o que a minha lembrança da bisa. Sempre

notava que algo incomodava a minha mãe a falar. Nesse período busquei informações em livros que contava sobre os indígenas que moravam na em São Luís no tempo da chegada dos colonizadores. Meu foco sempre foi sobre a Maioba pois sabia que a minha família materna.

3) ADRIANA FERNANDES CARAJÁ – INDÍGENA KARIRI SAPUYÁ – JEQUIÉ BAHIA – Pajé Korã é seu nome indígena

Reveste-se em três produtos pesquisa sobre a temática de infâncias, esses produtos serão encaminhados na integra em anexo uma vez eu foi disponibilizados pela autora por terem sido já publicados.

Nossa pesquisadora se encontra em Paris, na Universidade Paris 8 França, realizando doutorado em antropologia social e é oriunda do Doutorado em Antropologia na UFMG

Um desses produtos intitulado como “Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil” abaixo segue informações básicas do mesmo:

Resumo O artigo aborda a retirada compulsória de filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade no Brasil.

Objetivou-se refletir sobre a violação do direito à maternidade; apresentar os limites impostos, especialmente às mulheres pobres, negras e indígenas e as estratégias de controle sobre sua vida e de seus filhos; e os movimentos de resistência que se contrapõem às segregações.

Foram fontes da pesquisa: narrativas de mulheres em situação de vulnerabilidade, de familiares e trabalhadores da saúde; entrevistas com atores estratégicos; análise documental; diários de campo.

Evidenciou-se que vulnerabilidades atreladas à criminalização da pobreza e ao preconceito racial têm justificado as separações.

A desresponsabilização do Estado e da sociedade quanto à formação de uma rede de apoio às mulheres, a desvalorização de produções não hegemônicas de maternidades e o reforço de uma razão de mundo que produz a violência como ferramenta para exclusão vão conformando limites práticos quanto ao direito à maternidade. Mulheres e seus filhos são desconsiderados em suas singularidades.

Os movimentos de resistência mostraram que diálogos intersetoriais são uma alternativa para superar discriminações e vulnerabilidades.

Palavras-chave: *Violência étnica, Violência de gênero, Direitos sexuais e reprodutivos.*

4) TÂNIA – Nome Indígena Tania Caxekwji – Etnia Krahô

Me chamo Tânia Cerqueira Custódio, tenho nome e sobrenome estrangeiro, mas em meu sangue corre sangue e eras de ancestralidade indígena, sei que minhas origens são das terras originárias, antes da invasão que insistem em chamar de descobrimento, o descobrimento de Pindorama. Para além do fenótipo que carrego, hoje também possuo o pertencimento, mas nem sempre foi assim, porém, eu sempre me identifiquei como uma pessoa indígena desde minha memória mais remota, atravessando minha infância, a idade juvenil até chegar na fase adulta.

Sempre fui indígena na minha forma de pensar, enxergar o mundo, questionar os mistérios da vida e planejar o futuro, demorou algumas décadas pra eu entender que, em honra a todos que vieram antes de mim, eu precisava retomar a minha identidade espiritual, a alma da mulher que todos viam em mim, menos eu, só agora percebo que pela força da colonização e a violenta imposição de uma cultura que estava do outro lado do oceano.

Nasci em Brasília, na década de 1970, período de glamour a uma capital construída e inaugurada em quatro anos, e que em sua construção tiveram sertanejos nordestinos, indígenas que já sentiam a pressão da expulsão dos seus territórios, trabalhadores braçais de toda ordem, donas de casa, candangos que foram recrutados para executar o riscado arquitetônico de Lucio Costa e de Oscar Niemayer. Sou filha primogênita de uma linhagem de mulheres primogênicas, que descendem de uma adolescente indígena, que sequestrada e mantida em cárcere privado, engravidou quatro vezes e morreu jovem. Familiares contam que os antigos falavam que ela parecia bicho, acaso humano não é bicho? E que bicho sendo retirado do seu lar aprisionado ficaria manso?.

Meus familiares falam, sem notarem o tamanho da violência que normalizaram e até romantizaram, que ela foi pega no laço... Sempre falam com um sorriso no rosto... Meus familiares ainda não despertaram pro tamanho da violência sofrida pela nossa ancestral, não dimensionam que somos o fruto de uma mulher que sofreu na carne e na alma o estupro, cárcere privado e possivelmente, depressão que levou a morte.

Meu papel é apontar a fala e fazer perguntas, alguém precisa fazer isso, como: pega no laço, a dente de cachorro ou sequestrada? Ela foi estuprada, vocês conseguem entender que foi isso né?

Meus familiares ficam mudos, um silêncio estarrecedor como uma vidraça que estilhaça diante do corpo... Creio, que eles nunca pararam pra pensar assim e pensativos e em silêncio concordam, a conversa acaba.

A maioria deles observam o meu caminhar, cada dia mais perto da verdade da minha ascendência que é deles também, os que não observam, recebem as notícias: a Tania agora só anda com “índios”... Entra lá no Instagram dela, ela pinta o corpo e diz que tem até nome indígena... Fiquei sabendo que Tania esteve por aqui, ela não visitou os familiares, mas foi pra aldeia e ficou lá 10 dias, no meio do nada, sem telefone e internet... Os comentários não são muito diferentes, do que os amigos ou colegas de trabalho cochicham...Será que os estereótipos acabaram?

Será que o pertencimento da pessoa não pode ser respeitado? Porque em nossas infâncias esconderam tudo isso de nós? Penso que dezenas de gerações foram vítimas, à minha mãe não foi dado muito estudo e tão pouco o desenvolvimento da crítica, era assim com a mãe dela e com a avó, gerações não tão distante assim da nossa linhagem, mas que infelizmente o colonizador conseguiu apagar e silenciar.

Os meus filhos, muitas vezes se revelam se sentirem preteridos, uma certa dose de ciúmes. Desde que me assumi, me autodeclarei e juntei meu pertencimento aos outros ativismos que pratico, ter tempo é algo que não conheço.

Busco participar das manifestações, acampamentos terra livre, quando ocorrem por aqui, seminários e tudo que envolva a temática indígena. Confesso que, conciliar relacionamentos, trabalho e casa, não é tarefa fácil pra quem é ativista.

Sempre fui ativista ambiental, engajada nas questões ecológicas desde que meu senso crítico despertou, meu sonho era ser do Green Peace, mas fui mãe bem cedo, o que é bem peculiar de outras mulheres indígenas também, afinal, fui educada pra casar e cuidar da casa. Ser mãe no alto dos meus 20 anos, me reprovou na tentativa de ser ativista. Então, toquei minha vida, com o meu olhar onde tudo que olhava na natureza tinha cor e vida, tudo interage com todos e vice versa.

Ser uma pessoa espiritualizada, também apontou a direção do caminho que estou trilhando. Católica de berço, atuei como vicentina, carismática e catequista, pretendia ser freira... Aos 20 conheci o kardecismo, aos 30 e poucos tornei-me protestante e aos 40 buscava algo que não entendia o que era e nem onde estava, mas sabia que era algo que já estava comigo, pois eu conseguia me conectar com a força suprema, a grande energia criadora, com o Grande Espírito e Grande Mãe quando estava na natureza... Foi um encontro entre e retomada e a espiritualidade, o chamado numa cachoeira, escalando árvores, observando a complexidade das flores, a magia do amanhecer ou o instante majestoso que cerca o pôr do sol, observar formigas e lembrar como brincava com elas quando criança, minha infância foi marcante, amar os bichos incondicionalmente, sentir a força dos elementos, subir numa árvore e ouvir e sentir o vento, o eco do tempo nas vozes dos meus ancestrais intuindo cada passo ou palavra, protegendo... Aos 40 eu buscava algo que me desse a conexão, mas eu já estava com essa energia e não sabia, precisava apenas descobrir isso.

Então, meses antes da pandemia, conheci o chá da floresta, a bebida das almas, o Santo Daime, a Sagrada Medicina, a folha e o cipó, a Ayahuasca. Na primeira vez que tomei, ela me mostrou algo que eu já sabia, anos antes eu havia feito uma regressão; final dos 1700 e entrada 1800, fui uma menina, de uns 6 anos, nativa americana, na época não dei muita importância pra isso, mas quando tomei o chá pela primeira vez, tudo fez sentido, e me vi menina de novo na vida que eu pertencia ao povo que vivia no Grand Canyon no EUA, isso explica porque nunca gostei dos filmes de faroeste... A pandemia chegou e fiquei reclusa, em 2021 com o genocídio, planejado pelo presidente que passou por aqui e já é pessoa inelegível, com o genocídio em curso e a boiada passando, me juntei à luta indígena no ATL - Acampamento Terra Livre, ali eu percebi que tudo fazia sentido e que deveria honrar a minha ancestral e lutar por direitos, reparação, respeito, pela vida de todos os indígenas de hoje e todos que ainda virão, em honra a todos que tombaram nesse chão ancestral, Pindorama.

De pequenos atos a grandes conquistas, consegui a duras penas, colocar um programa de rádio no ar, de norte a sul e até do outro lado do mundo, Identidade Ancestral esta sendo veiculado, chegando em indígenas e não indígenas, combatendo o preconceito e a desinformação, plantando sementes que germinarão e floresceram nesse grande jardim chamado sociedade...

Pensar na pessoa que sou, me leva a observar e refletir sobre os meus filhos, quem são essas pessoas e em que grau se reconhecem filhos de uma mulher indígena.

Se sou a semente dos meus ancestrais, eles são as minhas sementes, são os meus sonhos que andam pela terra quando eu não estiver mais aqui, e quando eles não estiverem mais aqui, posso afirmar que sou a ancestral de mim. Está tudo conectado, o tempo é início e fim, sendo o fim um começo e o começo um outro fim.

A internet é uma ferramenta de comunicação onde podemos nos expressar e levar conceitos e opinião, uso as minhas redes sociais em defesa da natureza, dos animais e das vidas dos meus aparentes aldeados, em contexto de retomada e desintrusão, em defesa dos parentes em contexto urbano e dos em contexto urbano e retomada ancestral, que é o meu caso.

A existência dos movimentos indígenas, de um ministério para os povos, cursos acadêmicos que contemplem os interesses dos biomas e das vidas indígenas são de profunda importância pra consolidar o caminho de luta e resistência.

Quando tive a informação de que existe um observatório das infâncias indígenas e ou das vidas indígenas, percebi que apesar do atraso, estamos avançando como sociedade, numa constante de muita luta, combatendo as imposições perpetradas em 523 anos. Vivemos hoje um momento delicado, um ponto de não retorno, o desequilíbrio climático já é uma realidade, a cada ano seremos testemunhas oculares de escassez de alimentos e conseqüentemente mais fome, veremos inúmeras doenças em decorrência de um clima que a humanidade não está acostumada onde alguns não conseguirão se adaptar, a cada ano os termômetros subirão gradativamente, e por inúmeras variáveis teremos ondas frio intensas, a terra está reagindo e convulsionará... Ainda se exploram combustíveis fósseis, a tentativa de diminuir essa exploração não avançou na COP 28, no Brasil, apesar da decisão do STF sobre a inconstitucionalidade do marco temporal, o congresso avançou na pauta, o presidente fez os vetos que julgou importantes, porém, o congresso ameaçou e derrubou os vetos, mesmo com a inconstitucionalidade.

A bancada ruralista não entendeu ainda que sem chuva ou chuva demais, a produção de alimentos sofrerá impactos catastróficos, rebanhos não suportarão tanto calor e todo mundo perde.

Atualmente, além da retomada ancestral, estou em retomada de território com um grupo multi-étnico em Brasília, uma família de Tapuia habitou às margens do Lago Paranoá anos

antes da construção de Brasília, ano após ano foram sucumbindo ao sistema da nova capital e foram jogados no Paranoá, cidade satélite de Brasília. Hoje com o novo advento, essa família se reuniu, convidou indígenas que residem em Brasília pra se juntarem a eles. Hoje a retomada possui algumas etnias, entre elas Kaingang, Pataxó, Canela, Krahô, Terena, Wapichana, Quechua e Quichua, a intenção é oferecer pra cidade do Paranoá educação ecológica pras escolas, fazer restauração do cerrado com plantio de árvores nativas, oferecer aos indígenas em contexto urbano o pertencimento e território para as práticas espirituais e convivência com diversos povos e dar hospedagem para as comitivas que chegam em Brasília pra tratar de diversos assuntos junto aos órgãos ou pelos movimentos.

Essa retomada esta em início de jornada e sabemos que a luta é grande, mas a missão é maior. Me chamo Tania Caxekwji, indígena em contexto urbano em retomada ancestral. Assinado pelo GOV.BR em 18/12/2023.

5) Luciana Denize Caetano Nome Indígena Lu Ahamy – Guarani M'bya de Campinas SP

Olá sou a Lu Ahamy, esse é meu nome indígena, meu nome em português e constante do registro civil é Luciana Denize Caetano, sou guerreira do povo M'bya, minha aldeia é a TEKOA Rio Silveiras, uma aldeia urbana, vim ao contexto urbano em função de meu esposo ter ido trabalhar na cidade, local distante e a melhor forma foi a de deslocar para viver na cidade enquanto uma Guarani, meu esposo é pertencente aos Kamacãs originários da Bahia, e aqui chegando vi as dificuldades de muitos indígenas que estão nesse contexto, principalmente nossas mulheres, que chegam por aqui ou seja por Campinas para estudar, usar o excelente serviço de saúde da região, trabalhar e muitas vezes essas mulheres são enganadas por pessoas que prometem e não cumprem, enfim esse texto é para trazer um pouco do que conheço e vivo no contexto urbano, por ser mulher já é um grande "problema" ser mulher indígena, aumentam se os desafios na cidade, filhos, educação e enfrentamento a invisibilidade.

Imaginem como é difícil, estressante, e cansativo, muitas dessas mulheres que estão na cidade de Campinas a mais de 30 anos, como nossa parenta Ana Mura, outras estão

chegando,mas o preconceito , discriminação, se faz presente em nosso cotidiano, eu por exemplo tenho 40 anos nessas pejejas, mas seguimos superando obstáculos, nossos direitos não são preservados nem como mãe ou indígena, nossas crianças são submetidas as maneiras de tratamento do não indígena sem saber que existem condições especificas para que ocorra um tratamento igualitário mas com o componente do tratamento diferenciado inerentes aos indígenas o que vem sendo aprovado nas Conferências Nacionais de Saúde Indígena realizadas pelo Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde.

Não atuo com o significado das palavras relacionadas a indígenas desaldeados, pois para mim há variadas formas se ver a pessoa indígena e não apenas a um local que o colonizador propiciou em vários casos como as áreas reservadas, confinando nossos parentes a exemplo dos Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, vivendo em pequenas reservas, em beiras de estradas empoeiradas e perigosas.

Os contextos urbanos também apresentam a nós um desafio de desromantizar a causa indígena, nós não deixamos de ser quem somos povos originários, com diversidade em suas narrativas, vivencias, mas a sociedade precisa saber que a nossa história vem recheada de historia oral demonstrando que se estamos aqui somos sobreviventes de algum ataque, trazemos no sangue nossa garra e nossa resistência, trazemos em nosso corpo transitório, somos indígenas onde estivermos, nossa ancestralidade ninguém tira, meus parentes Guarani M'bya, tiveram a sina da tentativa de chegada a terra prometida, muitos tombaram, outros resistiram a desterritorialização, e assim seguimos, mas estar em contexto urbano é uma luta diária, principalmente sendo mulher e sendo mulher indígena,e como se em algum momento, devemos pedir desculpas por quem somos.

Minha infância não foi fácil pois a sociedade nacional seguia em guerras, enfrentamento ideológico em relação as reformas de base (A elite não queria a reforma agrária, e segue não querendo a demarcação de nossas terras, territórios, por isso entraram com a grotesca visão de Marco Temporal a qual lutamos de forma unida contra).

Não quero contar minha história, eu quero contar a minha luta hoje como mulher e liderança indígena M'bya,para ajudar nossas guerreiras em contexto urbano, estou em campinas há mais de 6 anos e quando cheguei em 2018, descobri que tínhamos uma quantidade razoável e significativa de Pessoas indígenas de diferentes grupos étnicos, em campinas, ou seja, 1043 pelo censo IBGE 2022, resolvi junto a meu esposo procurar saber o porque haviam tantos indígenas e aí fomos atrás de saber onde estavam,como se mantinham,qual era seu povo ou

etnia, o que fez com que deixasse suas localidades de origem, sua comunidade e viesse desbravar um território desconhecido.

Começamos a buscar contatos, articulamos junto as feiras e eventos, vários estimulados pela Rede Nacional de Indígenas em Contextos Urbanos e Migrantes – RENIU, com indígenas artesãos das diferentes localidades, passamos a expor nossas artes e fomos nos aproximando e fui conhecendo as histórias, as pessoas e suas dificuldades, que não fugiam da nossa realidade.

Em 2019 a UNICAMP definiu ampliar as vagas da faculdade, uma vez que as ações afirmativas, as cotas passaram a ser uma ação da instituição e daí começaram a chegar mais jovens e adultos indígenas, ainda algumas crianças, passamos a agir aqui em casa na forma da solidariedade, iniciamos mais uma fase da nossa grande luta, para que nossos parentes possam se sentir acolhidos, principalmente nossas mulheres e seus filhos, o eu traz o conforto em sabermos que estamos fazendo muita coisa e de forma voluntária a nossas infâncias indígenas, guerreiras de todas as partes e muitas trouxeram seus mais novos, seus filhos na medida do tempo passando alguns nasceram nesse contexto urbano, mas se mantendo e preservando a sua cultura e a do seu povo.

Temos nesse contexto já somos 40 etnias e falamos 22 línguas mátria, sou guerreira do povo Guarani M'bya, meu pai hoje um txaramoi (Ancião) nos seus 76 anos tem muita história do nosso povo, histórias essas que conheço desde minha infância, fui criada com muitas trocas de informações, músicas, torés, comemorações e convivência social, nasci no interior de São Paulo meu pai um M'bya, conheceu minha mãe uma mulher djurua, (não indígena) após meu nascimento, fui levada ao meu povo ancestral e de originalidade, M'bya, na aldeia Rio Silveiras, na cidade de Bertioga, litoral do Estado de São Paulo, convivi até meus 13 anos com meu povo, minha mãe adoeceu e seguimos para o contexto urbano, para tratamento de saúde especializado inexistente onde morávamos, já fazem 28 anos que ela encantou, apesar de ser djurua, ela sempre foi guerreira e me ensinou a ser o que sou hoje, forte, guerreira, nunca desistir dos meus objetivos, igualmente como foi a minha avó Koanna, e meu pai que me ensinaram tudo que sei do meu povo guarani M'bya. Os passos dos meus ancestrais, a caminhada dos antepassados, certamente se iniciaram com nossas infâncias.

6) Alice Martins – Guarani – Rio Grande do Sul – Nome Indígena Kerexu Takuá.

A Cacique Kerexu Takuá é a coordenadora do Centro de Referência Indígena Afro do Rio Grande do Sul, e nesse trabalho além de atuar no OPOI com reuniões ela providenciou um Inventário sobre os indígenas do RS. e nos apresentou o Inventário participativo caminhos Guarani, assim como Adriana, pelo material ser denso e fundamental, o conteúdo na íntegra segue em anexo deste relatório.

Registramos para fins do relatório um breve resumo do que venha a ser o inventário e anexamos ainda uma análise de Eni Carajá Filho sobre o mesmo.

A comunidade indígena que se compõem a partir do CRIA-RS. Como foco de abrangência das metodologias que embasaram o Inventário, acordou-se que estariam os seguintes temas: 1) Mulheres artesãs; 2) Desmitificação da relação com a cidade e sua dissociação com a natureza; 3) Corpos-território indígenas; 4)Retomada da ancestralidade indígena; 5) Modo de vida caminhante.

Em Laudo antropológico, é trazido na íntegra o documento, elaborado por demanda do Ministério Público Federal para instruir a defesa da Kerexu Takuá no processo de Imissão de Posse N°5060912-31.2021.4.04.7100/ RS.O referido processo foi instituído por conta de a sede do Centro de Referência Indígena do RS ter sido ocupada e estar sendo habitada de maneira a corresponder aos anseios das lutas por moradia, acesso às cidades e livre mobilidade.

7 Adriana Fernandes Carajá (Korã)

Adriana Fernandes Carajá, também conhecida como Korã, é uma destacada Pajé do povo Karirí-Sapuyá, do Sertão baiano. Com um percurso acadêmico e profissional impressionante, Adriana está atualmente cursando o doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAN/UFMG). Além disso, ela é doutoranda na Universidade Paris 8, na França, onde aprofunda suas pesquisas e contribuições acadêmicas.

Adriana possui um mestrado pelo Programa de Promoção da Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG, onde desenvolveu estudos cruciais sobre saúde e violência em contextos indígenas. Sua formação acadêmica também inclui especializações em Gestão em Serviços de Saúde e em Educação Permanente em Saúde, além de uma graduação em Enfermagem, áreas nas quais ela aplica seu conhecimento para melhorar a

saúde e bem-estar das comunidades indígenas.

Atualmente, Adriana desenvolve pesquisas focadas nas articulações entre Estudos Feministas, Estudos de Gênero e Etnologia Indígena, contribuindo significativamente para a compreensão e valorização das culturas indígenas. Ela ocupa o cargo de Secretária da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial de Minas Gerais, onde trabalha ativamente para promover a igualdade racial e os direitos dos povos indígenas.

Adriana também é enfermeira em Saúde Indígena, uma área na qual ela tem dedicado grande parte de sua carreira, implementando práticas de saúde que respeitam e incorporam os conhecimentos tradicionais indígenas. Sua atuação é marcada pela busca constante de melhorias nas condições de vida e saúde das comunidades indígenas, sempre respeitando suas tradições e culturas.

Além de sua atuação profissional e acadêmica, Adriana é uma participante ativa do Grupo Violes e do Observatório de Povos Originários e Suas Infâncias da Universidade de Brasília (UNB). Nessas iniciativas, ela contribui com suas experiências e conhecimentos, fortalecendo as redes de apoio e pesquisa que visam promover os direitos e o bem-estar das populações indígenas no Brasil.

Adriana é um exemplo inspirador de liderança indígena e dedicação à causa dos direitos dos povos originários. Sua trajetória reflete um compromisso profundo com a justiça social, a promoção da saúde e a valorização das culturas indígenas, contribuindo significativamente para a construção de um Brasil mais inclusivo e respeitoso das diversidades culturais.

Conclusão

O presente relatório, que faz parte da pesquisa "Povos Originários e Suas Infâncias no Brasil", conduzida pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, oferece uma análise detalhada e enriquecedora das experiências de mulheres indígenas que vivem, em sua maioria, em contextos urbanos. Elaborado por uma equipe de

pesquisadores indígenas e indigenistas, o relatório documenta as atividades realizadas no âmbito do projeto "Rodas de Conversas - Violências contra Crianças e Adolescentes Indígenas no Contexto Urbano 2024".

Os relatos coletados demonstram a complexidade e a diversidade das infâncias indígenas, revelando as práticas culturais de cuidado e educação que são essenciais para a preservação das identidades e tradições desses povos. As histórias de vida das mulheres destacam não apenas os desafios enfrentados, como o preconceito e a falta de pertencimento, mas também as estratégias de resistência e resiliência adotadas para superar essas adversidades.

Os temas abordados, incluindo a compreensão das infâncias indígenas, a maternidade e avosidade em contextos urbanos, e a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas comunidades indígenas, fornecem uma visão aprofundada das dinâmicas culturais e sociais que moldam a vida dessas mulheres e suas crianças. As perguntas centrais do estudo - sobre as infâncias Fulni-ô, os sentimentos em relação à infância, os papéis de mãe e avó, o sentimento de pertencimento e os preconceitos, e a inclusão do ECA - foram fundamentais para capturar as nuances dessas experiências.

Este documento é um testemunho poderoso da importância de políticas públicas inclusivas que respeitem e promovam a diversidade cultural dos povos indígenas. A colaboração entre as comunidades indígenas e as instituições envolvidas reforça a necessidade de escuta ativa e apoio contínuo para a promoção dos direitos humanos e da cidadania das populações indígenas no Brasil. O relatório contribui significativamente para a visibilidade e valorização das infâncias indígenas, destacando a urgência de uma abordagem que considere as especificidades culturais e sociais desses grupos.

O grupo de trabalho composto por Adriana Fernandes Carajá, Adriana Korã (Kariri Sapuyá), Alice de Oliveira Martins (Kerexu Takuá, Guarani), Avani Florentino de Oliveira (Avani Fulni-ô), Luciana Denize Caetano (Lu Ahamy, Luciana Guarani), Maria Lídia Ferreira Melo (Pézebwe Rédzadza, Tupinambá), Tânia Cerqueira Custódio (Tânia Krahô), Eni Carajá Filho (coordenador adjunto do OPOI) e Marcos Julio Aguiar (coordenador nacional da RENIU e do Coletivo "Índios na Cidade") trouxe à tona uma perspectiva vital sobre as infâncias indígenas no Brasil.

Em suma, este relatório não apenas documenta as experiências e desafios dessas mulheres, mas também serve como um chamado à ação para a implementação de políticas e práticas

que assegurem o respeito e a promoção dos direitos das crianças e adolescentes indígenas, garantindo a preservação de suas culturas e tradições em um contexto urbano cada vez mais desafiador.